



1 **ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ DO SISTEMA**
2 **LAGUNAR MARICÁ-GUARAPINA.** No dia dezesseis de julho de 2021 às 14h
3 por videoconferência, com os seguintes participantes: **Sociedade Civil:** Flávia
4 Lanari – APALMA; Izidro Arthou – Movimento Pró Restinga. **Poder Público:**
5 Oswaldo Neto – SECAPP; Emmanuel Francisco – SECAPP; Valdir Lages –
6 CRBIO-02. **Usuários:** Paulo Cardoso – ALAPI; Elenita Oliveira – CEDAE.
7 **Agevap:** Lohana Santos; Carlos Silva; Levi Carvalho; Raphaela Fuchs; Leandro
8 Guerra; Mariana Menezes. **Convidados:** Décio Tubbs - UFRRJ; Lázaro Laut –
9 UNIRIO; Eugênio Castro – EMATER-RJ; Fátima Casarin – Curso D'água; Felipe
10 Queiroz – AMA Darcy; Jorge Fernandes – líder comunitário de Cordeirinho;
11 Leonardo Fidalgo – INEA. A pauta consta dos seguintes pontos: **1. Situação do**
12 **monitoramento de qualidade das águas na bacia do sistema lagunar**
13 **Maricá-Guarapina – Inea; 2. Águas Subterrâneas – Prof. Décio Tubbs.** Após
14 aguardar a chegada dos participantes Lohana Santos (AGEVAP), perguntou ao
15 Paulo Cardoso (ALAPI) e a Flávia Lanari (APALMA) se a reunião poderia iniciar,
16 logo Flávia respondeu que sim, sendo assim Lohana Santos cedeu o espaço a
17 Leonardo Fidalgo (INEA). Em seguida Flávia indagou ao Leonardo Fidalgo se
18 algum componente da fiscalização poderia vir ao subcomitê prestar alguns
19 esclarecimentos, ele respondeu dizendo que informou que o setor dele é de
20 monitoramento, mas que conseguiu o contato do setor de pós licença e que
21 passou um e-mail para o superintendente da Baía de Guanabara, porém ele não
22 respondeu. Logo após Leonardo Fidalgo – (INEA) foi ao primeiro ponto de pauta:
23 **1. Situação do monitoramento de qualidade das águas na bacia do sistema**
24 **lagunar Maricá-Guarapina – Inea:** O mesmo começou sua apresentação se
25 identificando e colocou que iria palestrar sobre o histórico do monitoramento que
26 está sendo feito no município de Maricá nas praias, lagoas e nos rios. Também
27 contextualizou sobre o que é monitoramento de qualidade de água, definindo
28 como o monitoramento contínuo e sistemático da qualidade dos principais corpos
29 hídricos do estado fluminense, que fornece informações necessárias para o
30 manejo adequado desses ecossistemas aquáticos, possibilitando melhor
31 compreensão do ambiente e a alocação eficaz de investimentos e ações. Em



32 seguida prosseguiu com a apresentação e mostrou tabela total de corpos
33 hídricos e pontos, mapa da área de Maricá com marcações, resultados e
34 evolução de IQA e o Boletim de Qualidade. Logo após foi aberto para perguntas
35 e Lohana perguntou se a análise do sistema lagunar era feita pela metodologia
36 NSF que é comumente utilizada. Leonardo Fidalgo informou que se utilizava o
37 índice canadense CCME pois os resultados eram mais aderentes a ele. Felipe
38 Queiroz (AMA Darcy) obteve a palavra e questionou: qual o parâmetro utilizado
39 para escolher os pontos amostrais e como é possível solicitar que novos pontos
40 sejam inseridos. Ele comunicou que a maioria dos pontos foram definidos na
41 época da FEEMA nos anos 80 e eventualmente vem se usando ao longo do
42 tempo. Complementou dizendo que para novos pontos não há problema se tiver
43 uma demanda de Comitê, prefeitura e superintendência que atuam na área pode
44 se fazer uma otimização. Jorge Fernandes (líder comunitário de Cordeirinho)
45 questionou se dentro dos estudos do inea é levado em conta o processo de
46 assoreamento das lagoas e se as amostras são coletadas independente do
47 clima. Leonardo disse que não pois faz apenas monitoramento da qualidade da
48 água, com isso Jorge Fernandes perguntou de que forma poderia sugerir ao inea
49 esse estudo. Leonardo Fidalgo respondeu que o próprio setor de monitoramento
50 poderia realizar, na parte de sedimento da lagoa e verificar, porém, existem
51 dificuldades como por exemplo a falta de embarcações. Logo após a palavra foi
52 passada ao Leandro Guerra (AGEVAP) e ele indagou se há previsão do aumento
53 na periodicidade e se houve melhoria das condições de trabalho, no sentido de
54 ter reagente, veículos, técnicos e equipamentos e se existe previsão de retorno
55 após o hiato da pandemia. Leonardo Fidalgo informou que o retorno aconteceu
56 com o decreto do governador, mas na pratica tem que se observar como será o
57 retorno do pessoal. E quanto ao aumento pode ser feita a solicitação e será
58 analisada a viabilidade. Posteriormente Izidro Arthou (MPR) perguntou se não
59 havia nenhum padrão de monitoramento remoto implantado ou em estudo.
60 Leonardo Fidalgo disse que atualmente não. Sendo assim, Izidro sugeriu se
61 observar o estudo do Instituto de Pesquisa da Marinha que está desenvolvendo
62 um processo de monitoramento remoto que poderia ser transmitido via satélite



63 direto para a central. Flávia Lanari trouxe o fato dos pontos de rios serem
64 considerados como IQA médios, pois se levar em consideração que todo o
65 esgoto é lançado nesses rios e a quantidade das águas nas nascentes é
66 preocupante é no mínimo estranho o resultado “médio”. Prontamente Leonardo
67 explicou que na verdade ele quis dizer que nesse período todo, estava variando
68 entre médio e ruim em um ponto, no caso do Rio Caranguejo, e os demais
69 variavam entre muito ruim e ruim. Em seguida foi ao segundo ponto de pauta: **2.**
70 **Águas Subterrâneas – Prof. Décio Tubbs:** Prof. Décio Tubbs (UFRRJ) iniciou
71 sua apresentação e colocou que faria a mesma de forma conceitual, mostrando
72 o fato de as águas subterrâneas serem essenciais para a vida, para atividades
73 econômicas e para os sistemas aquáticos. Em seguida continuou a
74 apresentação mostrando gráficos com números e dados evidenciando a
75 importância das águas subterrâneas. Após colocou alguns conceitos básicos,
76 definido a mesma como água presente no subsolo, onde o termo “rio
77 subterrâneo” era equivocado, depois definiu aquífero como uma formação
78 geológica com a capacidade de armazenar e transmitir volumes consideráveis
79 de água. Continuou falando um pouco sobre captação, sobre a relação da água
80 subterrânea com o meio ambiente junto à contaminação e por fim a parte
81 agrícola. Em seguida foi aberto para perguntas e a palavra foi passada a Jorge
82 Fernandes, que perguntou se é possível avaliar e quantificar a quantidade
83 manancial de água subterrânea no município de Maricá. Prontamente Prof.
84 Décio Tubbs respondeu que é possível, tanto quanto é possível explorar uma
85 água e ela se salinizar, como acontecer ao contrário e também disse que sobre
86 a disponibilidade de água não poderia dar certeza pois precisaria se fazer um
87 estudo. Após Fátima Casarin (Curso D'água) indagou que tipo de estudo seria
88 recomendado para Maricá. Décio explicou que o caminho seria um estudo
89 geológico, depois a definição de onde será o poço, e por fim um estudo geofísico.
90 Oswaldo Neto (SECAPP) perguntou se todo poço perfurado em casas
91 particulares por um trabalhador da área entra na contagem de poços existentes
92 em Maricá. Ele respondeu que sim que todo processo de retirada de água
93 subterrânea está sujeito a fiscalização, apesar de nem todos estarem



DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS
LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

SUBCOMITÊ DO SISTEMA LAGUNAR MARICÁ-GUARAPINA – SSLM-G

94 cadastrados e regularizados. Não tendo mais nada a discutir a reunião foi
95 encerrada às 17:20 horas.

Paulo Cardoso da Silva
Coordenador do SSLM-G